

Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE
Curso de Ciências Contábeis

RAYSA SATIKO LEITE

**Uso das Demonstrações Contábeis e suas atribuições utilizadas na gestão da
Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande
Dourados-CERGRAND**

Dourados/MS

2013

RAYSA SATIKO LEITE

**Uso das Demonstrações Contábeis e suas atribuições utilizadas na gestão da
Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande
Dourados-CERGRAND**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal da Grande Dourados-
UFGD, como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Manfredo Rode

Dourados/MS

2013

Dourados/MS, 19 de agosto de 2013.

Considerando que o Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Raysa Satiko Leite encontra-se em condições de ser avaliado, recomendo sua apresentação oral e escrita para avaliação da Banca Examinadora, a ser constituída pela coordenação do Curso de Ciências Contábeis e Economia.

Manfredo Rode
Professor (a) Orientador (a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dar sabedoria, forças e paciência para chegar até aqui.

A minha família e o meu namorado que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e incentivando, seja com uma palavra ou um gesto de carinho.

Ao meu orientador que sempre esteve disposto a ajudar e pela sua paciência comigo.

E a cada um dos meus amigos da Cergrand que me ajudaram e contribuíram com informações para construir este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho trata da análise e contribuição das demonstrações contábeis como instrumento de gestão na Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados, que atua no ramo de energia elétrica rural e está estabelecida na cidade de Dourados e região há mais de 30 anos. Para tanto, apresenta-se um breve histórico das demonstrações contábeis, gerenciamento e a história do cooperativismo e da cooperativa a ser estudada. Foi realizado um estudo de caso com dados qualitativos e uma pesquisa através de um questionário estruturado aplicado a 5 gestores, considerando o universo total de 9 gestores, com o objetivo de verificar a forma de utilização das demonstrações contábeis como instrumento de apoio a gestão da empresa. O resultado permitiu identificar que a maioria dos gestores utiliza as informações das demonstrações contábeis para tomada de decisões na gestão da cooperativa.

Palavras-Chave: (Demonstrações contábeis, gestão, tomada de decisão).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS.....	07
1.1.1 OBJETIVO GERAL.....	08
1.1.1.2 OBJETIVO ESPECIFICO.....	08
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	08
2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	08
2.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	09
2.1.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	11
2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
2.1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.....	13
2.1.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	14
2.1.7 NOTAS EXPLICATIVAS.....	14
2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL.....	15
2.3 COOPERATIVISMO.....	16
2.4 ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO MS-OCB/MS.....	17
2.5 COOPERATIVA DE INFRAESTRUTURA.....	17
2.6 CERGRAND.....	18
3. METODOLOGIA.....	21
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>25</u>
ANEXO A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	28
ANEXO B - LEI 6404/76.....	32

Tema: Uso das Demonstrações Contábeis e suas atribuições utilizadas na gestão da Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados-CERGRAND

1. Introdução

Um dos pontos diferenciais das empresas é ter uma boa gestão. É preciso pesquisar, analisar e melhorar, continuamente, a eficiência da gestão, em relação a estratégias, táticas e operações de suas atividades. Para ter um processo gerenciado e as metas propostas pelos dirigentes alcançadas, é fundamental dispor de informações exatas, adequadas e atualizadas, ZDANOWICZ (2007).

Para isso, o gestor pode usar como recurso a *Contabilidade*, pois a mesma é considerada uma das ciências econômicas e administrativas [...] com a função registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, sendo que essas informações são indispensáveis à orientação administrativa, permitindo maior eficiência na gestão econômica e financeira da entidade, FRANCO (2006).

Uma cooperativa é uma sociedade cujo objetivo é a prestação de serviços ou desenvolvimento de produtos. Pode ser entendida como uma “empresa” que presta serviços aos seus cooperados de forma mais vantajosa.

A cooperativa estudada nesse trabalho, está estabelecida na cidade de Dourados desde o ano de 1976, atualmente tem em seu quadro 5.100 associados, com 4 filiais na região, localizada na cidade de Douradina, Fátima do Sul, Rio Brilhante e Deodópolis. Conta ainda com 106 funcionários, sendo que toda a contabilidade e folha de pagamento são centralizadas na matriz localizada na cidade de Dourados. Os relatórios mais utilizados pelos gestores para a análise da situação da cooperativa são: o Balancete de Verificação, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo de Caixa.

Assim, diante disso, podemos dizer que a Contabilidade se apresenta como instrumento de gestão, que fornece informações através das análises das demonstrações contábeis aos interessados.

1.1 Problemática e objetivos

Diante das informações que as demonstrações contábeis fornecem em relação à gestão da empresa, surge o seguinte questionamento: Como a CERGRAND vem utilizando essas informações para sua gestão?

1.1.1 Objetivo geral

Verificar a forma de utilização das demonstrações contábeis como instrumento de apoio à gestão da CERGRAND.

1.1.1.2. Objetivos específicos:

- Analisar o nível de utilização das demonstrações contábeis por parte dos gestores;
- Identificar as demonstrações contábeis mais utilizadas pelos gestores,
- Avaliar o uso das demonstrações contábeis por parte dos gestores.

2. Referencial Teórico

2.1. Demonstrações Contábeis

Para Reis (2009, p.56) “As demonstrações Contábeis (financeiras) consistem num conjunto de demonstrativos, previsto por lei ou consagrados pela prática, normalmente elaborados ao final do exercício social”.

Reis (2009, p.57) ainda afirma que “De modo geral, podemos dizer que o objetivo básico das demonstrações financeiras é fornecer informações para a correta gestão dos negócios e para a correta avaliação dos resultados operacionais”.

O Comitê de Pronunciamento Contábil define o objetivo das demonstrações contábeis como:

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

Segundo Zdanowicz (2007, p.35): “as demonstrações contábeis têm como um dos objetivos principais informarem as situações econômicas, financeiras e patrimoniais, bem

como as mutações ocorridas no período extraídas dos livros, registros e documentos da cooperativa”.

De acordo com Braga (2006, p. 75): “As demonstrações contábeis, também denominada de demonstrações financeiras na legislação societária (Lei nº 6.404/76), são utilizadas pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, governo e a comunidade em geral”. Portanto, tem como objetivo fornecer aos interessados, informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, sendo assim possível analisar a sua situação econômico-financeira, Braga (2006).

As informações faladas possibilitam aos gestores e empresários a terem um certo controle do patrimônio, para que tomem decisões corretas e assim ter uma boa gestão.

Existe um conjunto variado de demonstrações contábeis. Entre as mais relevantes destacamos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, Silva; Tristão (2009).

A Lei 5764/71 da Política Nacional do Cooperativismo define no seu Art. 44:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) relatório da gestão;

b) balanço;

c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal;

II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

2.1.1. Balanço Patrimonial

“O balanço patrimonial tem por objetivo demonstrar a situação do patrimônio da empresa, em determinada data – normalmente ao término de cada exercício social. A lei societária recomenda que as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do patrimônio que elas representam, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Para tanto, as contas do ativo deverão ser dispostas em ordem decrescente de realização ou conversibilidade (grau de liquidez) e as contas do passivo e patrimônio líquido em ordem decrescente de exigibilidade”. Braga (2006 p. 78).

“O Balanço Patrimonial - demonstrativo básico e obrigatório - é uma apresentação estática, sintética e ordenada do saldo monetário de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa em determinada data”, Reis (2009, p. 68).

“O Ativo, pois, a natureza dos valores nos quais a empresa aplicou seus recursos – dinheiro, estoques, créditos, bens de uso etc. - enquanto o Passivo se limita a indicar a origem desses recursos – capital, lucros, fornecedores, empréstimos bancários etc.”, Reis (2009, p. 68).

“Reflete a Posição Financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado. É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data”.

O *Balanço Patrimonial* (BP) é constituído de duas colunas: a coluna do *lado direito*, denominada Passivo e Patrimônio Líquido, a coluna do *lado esquerdo*, denominada Ativo.” Marion (2007, p. 42).

Lei 6404/76:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo

circulante; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

II –

ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

§ 2º

No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante; [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

II – passivo não circulante; e [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. [\(Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

A diferença nesse demonstrativo no passivo circulante é a classificação das obrigações para com os associados (o ato cooperativo)

Seção I da Lei 5764/71

Do ato cooperativo

Art.79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

E o Patrimônio Líquido das cooperativas está subdividido em Capital Social, Reservas e Fundos, Sobras ou Prejuízo Acumulados.

CAPITULO VI DO CAPITAL SOCIAL da Lei 5764/71:

Art. 24. O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário-mínimo vigente no País.

§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração.

Dos Fundos:

CAPÍTULO VII
 DOS FUNDOS, da Lei 5764/71
 Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir:
 I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído em 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;
 II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregadas da cooperativa, constituído de 5 % (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.
 § 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.
 § 2º Os serviços a serem atendidos Pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

2.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício

“A demonstração do resultado do exercício deve apresentar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo”. Braga (2006, p.96).

Para Reis (2009, p.98) “a Demonstração do Resultado do Exercício é uma peça contábil que mostra o resultado das operações sociais-lucro ou prejuízo”.

Iudícibus (2010, p.38) indica que “a demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses)”.

Silva (2010, p.48) disserta que “a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverá evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade”.

Segundo a Lei 6404/76 das Sociedades por Ações do artigo 187 dos itens I a VII:

- I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Ou seja, a Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo apresentar de forma vertical e resumida o resultado apurado em relação às operações realizadas em determinado período.

2.1.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Através dessa demonstração é possível o usuário ter uma noção sobre o fluxo de caixa futuro da empresa, avaliar as decisões administrativas e determinar a capacidade de pagamentos das obrigações. Deve indicar no mínimo as alterações ocorridas no saldo de caixa e seus equivalentes, separando essas alterações em no mínimo, três fluxos de atividades: operacionais (atividades que geram receitas para empresa); de investimento (referente á aquisição e á venda de ativos de longo prazo e outros investimentos) e de financiamento (relacionadas com financiamento de longo prazo da entidade, influenciando o passivo de longo prazo e o patrimônio líquido), Silva e Tristão (2009).

Reis (2009,p.158) “ de um modo geral, a Demonstração dos “Fluxos de caixa” indica a origem de todos os recurso monetários que entraram no Caixa, bem como onde foram aplicados os recurso monetários que saíram do caixa em determinado período”.

Braga (2006,p.118) “a demonstração do fluxo de caixa apresenta o resumo de onde o numerário se originou e como foi gasto durante o período”.

O CPC 03 (R2) define o objetivo da Demonstração de Fluxo de Caixa:

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.

2.1.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Iudícibus (2010, p.50) [...] a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação de diversas (todas) contas do PL ocorrida durante o exercício.

Reis (2009, p.126) “tem por objetivo demonstrar as variações em cada uma das contas integrantes do grupo Patrimônio Líquido. Nessas condições, terá de englobar, inevitavelmente, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, tornando-a, pois, dispensável”.

Silva e Tristão (2009, p.224) “a demonstração de mutação do patrimônio líquido, também denominada DMPL, apresenta a movimentação ocorrida no capital próprio durante o exercício social. Representa, pois, um detalhamento das contas existentes no patrimônio líquido”.

CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis:

106. A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido conforme requerido no item 10. A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui as seguintes informações:

(a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores;

(b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva, reconhecidos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;

(c) [eliminado];

(d) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente as mutações decorrentes:

(i) do resultado líquido;

(ii) de cada item dos outros resultados abrangentes; e

(iii) de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.

2.1.5. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Essa demonstração tem como objetivo apresentar o saldo residual de lucros ou prejuízos, suas alterações durante o exercício e a destinação dada ao lucro ao final de cada exercício social, Braga (2006).

Reis (2009, p.121) “Colocar em evidencia o resultado líquido do período e a sua destinação ou, se for o caso, as eventuais compensações, parciais ou totais, dos prejuízos acumulados de períodos anteriores”.

A Lei 6404/76 no Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;
II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

2.1.6. Demonstração do Valor Adicionado

Representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período. Seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado, CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.

A Lei 6404/76, no art. 188:

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

“É um demonstrativo que procura evidenciar o valor da riqueza, por determinada empresa, a um produto, e de que forma esse valor agregado foi distribuído entre os fatores de produção”, Reis (2009, p. 180).

3.1.7. Notas Explicativas

“As demonstrações financeiras deverão ser complementada por notas explicativas e outros quadros ou demonstrações analíticas, necessários para melhor esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”, Reis (2009, p. 62).

O CPC 26, Apresentação das Demonstrações Contábeis:

112. As notas explicativas devem:

- (a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas de acordo com os itens 117 a 124;
- (b) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; e
- (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

113. As notas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.

114. As notas explicativas são normalmente apresentadas pela ordem a seguir, no sentido de auxiliar os usuários a compreender as demonstrações contábeis e a compará-las com demonstrações contábeis de outras entidades:

- (a) declaração de conformidade com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ver item 16);
 - (b) resumo das políticas contábeis significativas aplicadas (ver item 117);
 - (c) informação de suporte de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas; e
 - (d) outras divulgações, incluindo:
 - (i) passivos contingentes (ver Pronunciamento Técnico CPC 25 -).
- Provisões, (Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e compromissos contratuais não reconhecidos; e

(ii) divulgações não financeiras, por exemplo, os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade (ver Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação).

115. Em algumas circunstâncias, pode ser necessário ou desejável alterar a ordem de determinados itens nas notas explicativas. Por exemplo, a informação sobre variações no valor justo reconhecidas no resultado pode ser divulgada juntamente com a informação sobre vencimentos de instrumentos financeiros, embora a primeira se relacione com a demonstração do resultado e a última se relacione com o balanço patrimonial. Contudo, até onde praticável, deve ser mantida uma estrutura sistemática das notas.

116. As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.

2.2. Contabilidade Gerencial

“A contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se “encaixem” de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador”, Iudícibus (2009, p. 21).

Pode-se afirmar que todo procedimento, técnica, informação ou relatório contábil feitos para que a administração os utilize na tomada de decisões, e assim ter uma boa gestão, recai na contabilidade gerencial, Iudícibus (2009).

Os conceitos referentes às análises econômica, financeira e patrimonial são fundamentais para que se obtenha eficiência na gestão da cooperativa, Zdanowicz (2007).

A contabilidade gerencial pode ser definida como o processo de identificação, mensuração, análise, interpretação e comunicação das informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização, Padoveze (2007).

“O ponto fundamental da Contabilidade Gerencial é o uso da informação contábil como ferramenta para administração. É o processo de produzir informação operacional financeira para funcionários e administradores. Deve ser direcionado pelas necessidades informacionais dos indivíduos internos da empresa e deve orientar suas decisões operacionais e de investimentos”. Crepaldi (2008, p. 14). “Tanto os usuários internos (gestores) como os externos utilizam a informação contábil, mas a maneira como o fazem difere. Os tipos de informação contábil que eles demandam também pode diferir. A contabilidade gerencial refere-se a informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização. Em outras palavras, a **contabilidade gerencial** é o processo de identificar, medir, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais”. Horngren, Sundem e Stratton (2004, p. 4).

“... Já a contabilidade gerencial produz informação útil para a administração, a qual exige informações para vários propósitos tais como: auxílio no planejamento; na medição e

avaliação da *performance*; na fixação de preços de venda e na análises de ações alternativas”. Pizzolato (2000, p.195).

“As informações da contabilidade gerencial são uma das fontes informacionais primárias para organizações. A contabilidade gerencial produz informações que ajudam trabalhadores, gerenciadores e executivos em organizações a tomarem melhores decisões”. Bulgacov (1999, p.259).

“Cumpre destacar que as Demonstrações Contábeis fornecem uma serie de dados sobre o patrimônio da cooperativa, de acordo com as normas e os princípios contábeis geralmente aceitos. A análise gerencial transforma os dados do patrimônio em informações úteis e práticas que devem ser utilizadas pelos dirigentes em seu processo de tomada de decisão. Um dos elementos mais relevante será realizar corretamente a análise das peças contábeis”. Zdanowicz (2007,p. 19).

2.3. Cooperativismo

O Cooperativismo aconteceu de fato em 1844, quando 28 tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra, criaram uma associação que mais tarde seria chamada de cooperativa. Pode-se dizer que o cooperativismo é uma doutrina que considera as cooperativas como uma forma de organização das atividades socioeconômicas da humanidade.

Desde então, as cooperativas existem em vários setores e em todo mundo. Os seus valores são baseada na ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

Uma cooperativa é definida como uma organização composta por pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com objetivos econômicos e sociais comuns, e se propõe obter um desempenho econômico eficiente.

O ano de 2012 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o ano Internacional das Cooperativas, por meio da Resolução 64/136. Um reconhecimento as cooperativas como modelo de negócio que preza a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Com o tema “Cooperativas constroem um mundo melhor”, a ONU tem como objetivo dar visibilidade ao movimento cooperativista, aumentando o interesse público sobre cooperativismo e encorajando os governos a darem maior incentivo para a formação, desenvolvimento e estabilidade ao setor, (<http://www.ocbms.org.br>).

2.4. Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul - OCB/MS

A OCB/MS - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul, é o órgão de representação do Cooperativismo sul-mato-grossense; é sociedade civil sem fins lucrativos, filiada a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras; constituída no dia 07 de junho de 1979, com a finalidade de integrar o sistema cooperativista sul-mato-grossense, promover e desenvolver o cooperativismo, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativistas e de seus integrantes.

No MS, atualmente são 98 cooperativas registradas no Sistema OCB/MS, distribuídas por diversos segmentos econômicos, com grande expressão nos setores de saúde, infraestrutura, trabalho, transporte, agronegócio e crédito. São aproximadamente 100 mil cooperados e cerca de 4500 funcionários, que representam 9% do PIB Estadual. A OCB/MS é administrada por um Conselho Diretor, vice-presidente, presidente central da Sicredi Brasil Central, presidente da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural, representante da Federação das Cooperativas Médicas do MS e representante do ramo agropecuário como diretores, (<http://www.ocbms.org.br>).

2.5. Cooperativa de Infraestrutura

É constituída por cooperativas cujo objetivo é prestar coletivamente um determinado serviço social. No Brasil são mais conhecidas às cooperativas de eletrificação e de telefonia rural.

O objetivo das cooperativas de eletrificação rural é fornecer, para a comunidade, serviços de energia elétrica, seja repassando essa energia de concessionárias, seja gerando sua própria energia, (<http://www.ocb.org.br>)

No Mato Grosso do Sul existem 3 cooperativas de energia elétrica que são filiadas a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado do Mato Grosso do Sul-FECOERMS: CERCAMPO- Cooperativa de Eletrificação Rural da Grande Campo Grande, localizada na cidade de Campo Grande/MS; COESO- Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Sudoeste Mato-grossense, localizada na cidade de Aquidauana e a CERGRAND- Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados, localizada na cidade de Dourados.

O Estatuto da FECOERMS no Art. 5º terá por objetivos social, econômico e técnico:

- I - Fortalecer as cooperativas de eletrificação e ou telecomunicações rurais através do aprimoramento institucional e administrativo das mesmas, bem como da promoção e divulgação de suas atividades e do cooperativismo.
- II - Fortalecer a política cooperativista de eletrificação e ou telecomunicação rural, através da integração de todas as forças a ela vinculadas, do desenvolvimento de seus meios e da divulgação de seus fins;
- III - Integrar-se aos objetivos da Confederação Nacional das Cooperativas de Eletrificação Rural - COMBRACER;
- IV - Providenciar, junto a quem de direito, auxílios e créditos necessários ao desenvolvimento de suas atividades e das federadas, elaborando ou solicitando a elaboração dos projetos de aplicação e dos instrumentos de repasse, quando for o caso;
- V - Representar as cooperativas federadas nos pleitos de reivindicação de direitos ou de denúncia de atividades lesivas ao interesse ou de qualquer outra natureza que não contrariem seus objetivos sociais;
- VI - Exercer atividades de entrosamento e conciliação em pendência envolvendo cooperativas federadas;
- VII - Providenciar, quando necessário, a prestação de serviços de assessoria e de suporte as federações, mediante estrutura própria ou de terceiros.

As cooperativas fundadoras da FECOERMS são: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região da Grande Dourados Ltda, Cooperativa de Eletrificação Rural do Alto Taquari Ltda, Cooperativa de Eletrificação Rural de Grande Campo Grande Ltda e Cooperativa de Eletrificação Rural do Sudoeste Mato-grossense Ltda.

2.6. Cergrand

A Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados-CERGRAND, é uma cooperativa de energia elétrica rural, com sede, administração e foro jurídico na cidade e comarca de Dourados-MS. Sua principal atividade é a construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e também possui lojas de produtos agropecuários, elétricos e linha branca distribuídas nos municípios em que possui suas filiais, ofertando uma enorme variedade de produtos que dão suporte para as atividades econômicas desenvolvidas por seus cooperados.

Fundada em 30 de julho de 1976 nas dependências da Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB, nesta cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei 5764/71, a CERGRAND foi ponto de partida, o divisor de águas, representando o fim “da era do lampião a querosene”, que reinava soberano nos sítios e fazendas do interior, para o advento da “era da energia elétrica”, marco de progresso e poderosa alavanca de desenvolvimento da então nova e promissora fronteira agrícola.

A CERGRAND atua hoje, na distribuição de energia elétrica rural nos municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Deodápolis, Glória de Dourados, Jateí, Caarapó, Juti, Itaporã, Douradina e Rio Brillhante.

Transformou-se na maior cooperativa de infra-estrutura do Estado e é apontada como uma das grandes responsáveis pelo desenvolvimento de Dourados, levando energia ao campo, o que permitiu o emprego de tecnologia.

Seu objetivo é oferecer melhor qualidade de energia elétrica aos seus 5.100 cooperados garantindo o sucesso de seus empreendimentos, e para isso conta com 6 plantões de manutenção equipados com telefone, estações fixas de radiocomunicação VHF, veículos e caminhões com estações VHF móveis e equipes de atendimento de prontidão 24 horas, e ainda uma central de atendimento localizada na cidade de Dourados que atende gratuitamente a toda região.

A CERGRAND d tem como missão: “Promover o desenvolvimento econômico e social dos cooperados e da região da Grande Dourados, por meio da oferta de soluções em produtos, e serviços diferenciados na distribuição de energia”.

E visão: “Oferecer insumos de produção com qualidade, segurança e responsabilidade ambiental”, Histórico da CERGRAND (2012).

Utiliza informações das seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, e Demonstração do Fluxo de Caixa.

O Estatuto da CERGRAND no capítulo 12º, art.59, parágrafo 1º e 2º:

O balanço geral, incluindo o confronto da receita e da despesa, será levantado até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.
Parágrafo 1º- Os resultados serão apurados separadamente, segundo a natureza dos serviços.

Parágrafo 2º- Além da taxa mínima de 10% (dez por cento) das sobras para o Fundo de Reserva reverterão para o mesmo os saldos não aplicados, créditos não reclamados pelos associados, decorridos cinco anos, e o produto da taxa cobrada sobre a transferência de quotas-parte, os auxílios ou doações sem destinações especiais.

3. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos do trabalho, será feito um estudo de caso e uma pesquisa documental com dados qualitativos, feita através de levantamento bibliográfico, aplicação de questionário e análise sobre o tema a ser estudado.

De acordo com Yin (2005, p.19) “[...] os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Objetiva-se, portanto analisar uma cooperativa no ramo de energia elétrica rural que mensalmente reúne seu conselho administrativo composto pelo presidente, vice-presidente, diretor secretário, dois diretores vogais e um representante do conselho fiscal, para um acompanhamento da cooperativa, e discutem sobre os acontecimentos diários, faturamento, deliberação de informações, assuntos que dependem de sua aprovação, e isso é feito através das informações do balancete de verificação e outras demonstrações.

Até o dia 16 de março de 2013 essa diretoria era composta por membros que ficaram a frente da cooperativa por 24 anos. Ao tomar posse no dia 17 de março de 2013 o atual presidente Jorge Luiz Soares Barbosa, disse que “sua responsabilidade é ainda maior, porque assume uma cooperativa que está muito bem e durante toda a administração do engenheiro Valdir Pimenta, desempenhou função muito importante no desenvolvimento sócio econômico de Dourados e região”.

Foi feita uma técnica de coleta de dados aos principais gestores da Cergrand - 3 conselheiros fiscais, presidente, vice-presidente, diretor-secretário, 2 diretores vogais e o contador, pois estão ligados diretamente a estas informações.

Antes da aplicação do questionário oficial, foi realizado um pré-teste, cujo objetivo é identificar possíveis falhas, com 1 dos gestores (diretora-secretária), no dia 14 de agosto de 2013, mas não foi feita nenhuma alteração no mesmo. A coleta foi executada oficialmente no dias 15 e 16 de agosto de 2013.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir são apresentados os resultados e as análises dos 5 questionários válidos, obtidos junto aos gestores da CERGRAND (presidente, vice-presidente, diretor-financeiro, 1 conselheiro fiscal e o contador).

Analisando a parte I (qualificação/perfil) revelaram que, 1 possui o ensino médio completo; 2 possuem o ensino superior incompleto (administração de empresas e direito) e 2 possuem o ensino superior completo (direito e engenharia agrimensura).

Em relação à experiência profissional nos últimos 5 anos, foram levantadas as seguintes áreas: autônomo no ramo da eletricidade, no ramo da contabilidade, no setor agropecuário, funcionário público estadual e na área de georreferenciamento e projetos com certificação junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Na parte II (em relação às demonstrações contábeis), 80% responderam que possuem um nível de conhecimento razoável e 20% conhece muito sobre as demonstrações contábeis.

Quando indagados sobre onde buscam aprimorar seus conhecimentos, verificou-se que dos 5 gestores 4 buscam em cursos na área fiscal, gestão administrativa em cooperativas, conselheiro administrativo, conselheiro fiscal e MBA; 2 gestores buscam informações em livros específicos e 3 com o contador.

Na visão dos gestores em relação à serventia das informações das demonstrações contábeis, 100% afirmam que servem para tomada de decisões, como: planejamento estratégico, investimentos e gerenciamento.

Conforme as respostas apresentadas no quadro verificou-se que há uma ligação entre as demonstrações contábeis emitidas pela contabilidade, se são obrigatórias e as mais utilizadas, onde 100% marcaram as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

O quadro 1 mostra que 3 gestores (presidente, diretor-financeiro e contador) se reuniram e chegaram a seguinte conclusão sobre que tipo de informações as demonstrações contábeis fornecem e qual a finalidade dessas informações.

Quadro 1: Informações e finalidade das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis	Que tipo de informações essas demonstrações fornecem?	Finalidade dessas informações.
Balço Patrimonial	Todos os bens, direitos e obrigações que a cooperativa tem com os associados e terceiros.	Estar à parte da situação da cooperativa.
Demonstração do Resultado do Exercício	Operações de ingressos, receitas, dispêndios e despesas operacionais com associados e terceiros realizados durante o exercício.	Controlar as despesas e viabilizar investimentos.
Demonstração dos Fluxos de Caixa	Relaciona as variações nas atividades operacionais e também nas de investimento e financiamento em comparação ao ano anterior.	Acompanhar a evolução da cooperativa.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Mostra a evolução do patrimônio líquido durante o exercício, entrada e saídas de capitais.	
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	Conhecer a cooperativa, se há sobras ou não.	Proporciona aplicar na estrutura e quando há perda rever a estrutura financeira e administrativa da cooperativa.

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando o quadro é possível observar que para os gestores as demonstrações contábeis é um conjunto de informações que os levam a tomar determinadas decisões baseadas em dados exatos. Pode-se observar então, que cada demonstração contábil tem seus objetivos específicos, e assim é possível buscar informações precisas para cada situação em determinada demonstração.

Os outros dois gestores (vice-presidente e conselheiro fiscal) responderam de um modo geral, em que um relatou que essas demonstrações contábeis fornecem informações sobre a saúde da cooperativa e a finalidade é para planejar as atividades, obter um diagnóstico preciso e assim seja possível melhorar os resultados. O outro gestor relatou que o Balanço Patrimonial apresenta os bens e as obrigações da empresa e a sua finalidade é para tomada de decisões e a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados tem a obrigação de apresentar o resultado final e assim ter o controle da situação financeira da empresa.

Geralmente no início de cada exercício social os gestores e seus cooperados reúnem-se em assembléia geral e pelo fato da cooperativa ser uma prestadora de contas para com eles, pode-se observar que 60% avaliaram seu nível de satisfação como bom e 40% como ótimo em relação à clareza e eficiência que as informações das demonstrações contábeis fornecem, pois é através desses dados que são apresentados aos seus cooperados a situação da cooperativa, o faturamento e assim os gestores juntamente com seus cooperados tomam decisões em relação a investimento, cortes de despesas entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar a forma de utilização das demonstrações contábeis como instrumento de apoio à gestão da CERGRAND. Neste sentido, verificou-se que todos utilizam essas informações para tomada de decisões em relação a investimentos, planejamento estratégico e gerenciamento da cooperativa.

As demonstrações contábeis mais utilizadas pelos gestores são as mesmas (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados), e eles avaliam essas demonstrações como instrumento eficaz no entendimento atual da cooperativa, controle das despesas, viabilizarem investimentos e assim obter um bom gerenciamento da cooperativa.

Portanto, conclui este trabalho que os gestores relacionam as informações das demonstrações contábeis com a gestão, onde utilizam essas informações para auxiliar no gerenciamento, pois são através dos dados contidos nessas demonstrações que levam as tomadas de decisões e assim obter um gerenciamento de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis-Estrutura, Análise e Interpretação**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BULGACOV, Sérgio. **Manual de Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1999.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Apresentação das Demonstrações Contábeis**.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial Teoria e Prática**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, Willian O. **Contabilidade Gerencial**. 12.ed. São Paulo: Prentci Hall, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de Balanços- Análise da Liquidez e do Endividamento, Análise do Giro e Rentabilidade e Alavancagem Financeira, Indicadores e Análises Especiais**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade Gerencial**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 5. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2009.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerencia e decisão: as demonstrações contábeis: origens e finalidades: os aspectos fiscais e contábeis das leis em vigor**. 13. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2007.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de Metodologia Científica-Projetos de Pesquisas, TG I, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. 1.ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de Gestão das Cooperativas-Uma Abordagem Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial-Um enfoque em sistema de informação contábil**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PIZZOLATO, Nélio Domingues. **Introdução a Contabilidade Gerencial**. 2.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações Contábeis-Estrutura e Análise**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Alexandre Alencastro de. **Estrutura, Análise e Interpretação das demonstrações contábeis: Ampliada e Atualizada conforme a Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09**. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Cesar Augusto Tiburcio; TRISTAO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-Planejamento e Métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZDANOWICZ, Jose Eduardo. **Manual de Finanças para Cooperativas e demais sociedades**. 1.ed. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007.

Barbosa, H.: A análise de demonstrativos financeiros como ferramenta para tomada de decisão nas micros e pequenas empresas. Disponível em: <<http://www.faer.edu.br/revistafaer/artigos/edicao2/heitor.pdf>>. Acesso em: 9 abr.2012

Bernardinelli, A.; Pereira, A.; Junior, A.; Parisi, C.: A utilização das demonstrações financeiras projetadas e simuladas e suas contribuições ao processo decisório - segundo a percepção dos gestores de uma industria química. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/214.pdf>>. Acesso em: 9 abr.2012.

Disponível em: <<http://www.cergrand.com.br>>. Acesso em 1 ago.2013

Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm_3428.pdf>. Acesso em: 9 abr.2012

Disponível em: <<http://www.fcv.edu.br/fcvempresarial/2008/FCV-2008-16.pdf>>. Acesso em: 9 abr.2012

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em 5 ago.2013

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em 5 ago.2013

Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em 1 ago.2013

Disponível em: <<http://www.ocbms.org.br>>. Acesso em 1 ago.2013

Oliveira, A.; Silva, A.; Zuccari, S.: A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. Disponível em:
<http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf>. Acesso em: 9 abr.2012

Passos, Q.: A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas.
Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25741/000751647.pdf?sequence=1>>.
Acesso em: 9 abr.2012

Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/momento/quero-abrir-um-negocio/que-negocio-abrir/tipos/cooperativas>>. Acesso em: 9 abr.2012

ANEXO A

Questionário da pesquisa

I- Qualificação/ Perfil

1) Qual o seu nível de formação escolar?

() Nível Fundamental Incompleto

() Nível Fundamental completo

() Nível Médio incompleto

() Nível Médio completo

() Nível Superior incompleto Curso: _____

() Nível Superior completo Curso: _____

2) Qual sua experiência profissional, nos últimos 5 anos?

3) Qual o cargo exercido?

II- Em relação às Demonstrações Contábeis

1) Qual o seu nível de conhecimento referente às Demonstrações Contábeis?

() Nenhuma

() Pouca

() Razoável

() Muito

2) Nos últimos 2 anos, onde tem buscado informações para aprimorar seu conhecimento?

() Livros

Com o contador

Cursos Quais? _____; _____;
_____; _____; _____.

3) Em sua opinião, para que as informações das demonstrações contábeis servem?

Não serve para nada

Somente para mais um conhecimento

Para tomada de decisões Quais decisões? _____

Emitidas pela Contabilidade	Obrigatórias	Quais demonstrações contábeis mais utilizadas?	Que tipos de informações essas demonstrações fornecem?	Qual a finalidade dessas informações?
() Balanço Patrimonial	() Sim () Não	()		
() Demonstração do Resultado do Exercício	() Sim () Não	()		
() Demonstração dos Fluxos de Caixa	() Sim () Não	()		
() Demonstração do Valor Adicionado	() Sim () Não	()		
() Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	() Sim () Não	()		
() Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	() Sim () Não	()		
() Relatórios Gerenciais Quais:	() Sim () Não	()		

Levando em consideração a cooperativa como sociedade e prestadora de contas a seus associados, como você avalia o seu nível de satisfação em relação às informações que as demonstrações contábeis fornecem?

() Ruim

Regular

Bom

Ótimo

ANEXO B

LEI 6404/76

Ativo

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; [\(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Passivo Exigível

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se

vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009](#))

Patrimônio Líquido

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;

b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;

c) (revogada); ([Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007](#)) ([Revogado pela Lei nº 11.638, de 2007](#))

d) (revogada). ([Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007](#)) ([Revogado pela Lei nº 11.638, de 2007](#))

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009](#))

§ 4º Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

§ 5º As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.